



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Saúde Coletiva II								
Unidade Ofertante:	Faculdade de Medicina - FAMED								
Código:	FAMED33202	Período/Série:	2º			Turma:			
Carga Horária:					Natureza:				
Teórica:	45	Prática:	15	Total:	60	Obrigatória:	(X)	Optativa:	()
Professor(A):	Yasmim dos Anjos Ribeiro e Luana Padua Soares					Ano/Semestre:	2026/1		
Observações:	Quarta-feira – 8:00 – 11:30								

2. EMENTA

Introdução à Epidemiologia. Transições Demográfica e Epidemiológica. Políticas, Programas e Ações de interesse em Saúde Coletiva. Planejamento em Saúde.

3. JUSTIFICATIVA

Os conteúdos abordados nesse componente curricular estão inseridos no eixo do conhecimento “O Ser Humano e sua Inserção Social” presente no Projeto Pedagógico do Curso de Fisioterapia. Ao longo desta disciplina, o aluno terá acesso ao contexto epidemiológico brasileiro e ao histórico de implementação, organização e funcionamento das principais políticas de saúde pública brasileiras, o que favorecerá o desenvolvimento de uma consciência sanitária, social e política. Além disso, o conteúdo permitirá a formação de um profissional da saúde mais preparado para lidar com os desafios do Sistema Único de Saúde, conforme o preconizado nas Diretrizes Curriculares do curso.

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:

Compreender a importância e aplicabilidade da Epidemiologia na área da saúde, bem como conhecer e analisar as principais políticas, programas e ações de interesse na Saúde Coletiva.

Objetivos Específicos:

- Compreender os processos de transição demográfica e transição epidemiológica;
- Conhecer o Programa Bolsa Família e sua interface com a área da saúde;

- Conhecer e analisar as políticas, programas e ações direcionadas para os diferentes ciclos da vida – crianças, jovens e adolescentes, mulheres, homens e idosos;
- Conhecer e analisar as políticas, programas e ações direcionadas para doenças crônicas não transmissíveis de importância em saúde pública;
- Conhecer e analisar as políticas, programas e ações direcionadas para doenças infecciosas e parasitárias de importância em saúde pública;
- Compreender a Vigilância em Saúde e a Vigilância Epidemiológica;
- Compreender o processo de planejamento em saúde.

5. PROGRAMA

		AULAS
Semana	Data	(Quarta-feira - 08:00 às 11:30)
1 ^a	22/04	Recepção dos ingressantes
2 ^a	29/04	Apresentação do docente e dos discentes. Discussão do plano de ensino, incluindo cronograma e critérios de avaliação. Horário protegido: Divisão dos grupos (Seminário DANT e Saúde Mental e Seminário de Políticas de Saúde para Populações Vulneráveis) e orientações para a elaboração dos trabalhos.
3 ^a	06/05	Reposição de aula de quinta-feira – Não haverá aula de Saúde Coletiva II*
4 ^a	13/05	Aula: Introdução à Epidemiologia. Transição Demográfica e Epidemiológica. Políticas Públicas da Saúde: definição, ciclo das políticas públicas e histórico no Brasil.
5 ^a	20/05	Aula: Epidemiologia das Doenças Infecciosas e Parasitárias. Políticas Públicas para Controle de Hanseníase, Tuberculose, Dengue, ISTs e HIV; avanços e desafios.
6 ^a	27/05	Aula: Processo Epidêmico. Crise sanitária de Covid-19. Vigilância Epidemiológica. Exercício: Processo Epidêmico e Vigilância Epidemiológica.
7 ^a	03/06	Aula: Imunização: conceitos, Programa Nacional de Imunização, avanços e desafios contemporâneos.
		TDE (4h) – Elaboração de análise crítica sobre o impacto de movimentos antivacina na saúde pública.
8 ^a	10/06	Prova 1
9 ^a	17/06	Aula: Introdução às Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis (DANT). Introdução à Saúde Mental. Política Nacional de Promoção da Saúde.
10 ^a	24/06	Seminário DANT e Saúde Mental: apresentação discente (grupos).

		-Orientações para a elaboração do Mapa Conceitual de Políticas de Saúde nos diferentes ciclos da vida.
11 ^a	01/07	Aula: Saúde da Criança e de Jovens e Adolescentes (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança; Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde; avanços e desafios).
12 ^a	08/07	Aula: Saúde da Mulher (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher; avanços e desafios; Programa Bolsa Família; Violência contra a Mulher). Mapa conceitual de Políticas de Saúde nos diferentes ciclos da vida: Avaliação Parcial.
13 ^a	15/07	Aula: Saúde do Homem e dos Idosos (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem; Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa; avanços e desafios). Atenção Domiciliar. Mapa Conceitual de Políticas de Saúde nos diferentes ciclos da vida: Avaliação Parcial. -Orientações para a elaboração do Seminário de Políticas de Saúde para Populações Vulneráveis e esclarecimento de dúvidas.
14 ^a	22/07	Prova 2 Mapa Conceitual de Políticas de Saúde nos diferentes ciclos da vida: Entrega da versão final.
15 ^a	29/07	Seminário de Políticas de Saúde para Populações Vulneráveis: Apresentação discente (grupos).
16 ^a	05/08	Fechamento da disciplina e vista de notas. Atividade de recuperação de aprendizagem e prova substitutiva.

*Conforme disposto no Calendário Acadêmico (Resolução CONGRAD nº 158, de 24 de fevereiro de 2025).

**Cronograma sujeito a alterações

6. METODOLOGIA

A metodologia adotada envolve diferentes técnicas e recursos de ensino:

- Aulas expositivas e dialogadas (uso de Datashow, quadro e giz);
- Documentários e reportagens;
- Discussão de situações problema;
- Trabalhos em grupo;
- Construção de análises críticas individuais;
- Mapa Conceitual;
- Seminários em grupo.

7. AVALIAÇÃO

Prova: 1ª: 10/06/2026 – 20 pontos; 2ª: 22/07/2026 – 20 pontos;

Exercício + TDE (individuais): 10 pontos (ao longo do semestre, conforme previsto no item 5)

Seminário DANT e Saúde Mental (grupos): 24/06/2026 – 25 pontos

Mapa Conceitual (individual)*: 2 avaliações formativas – 08/07/2026; 15/07/2026; e entrega 22/07/2026 – 10 pontos

Seminário de Políticas de Saúde para Populações Vulneráveis (grupos):** 29/07/2026 – 15 pontos

*O **Mapa Conceitual** será avaliado em dois momentos ao longo do semestre, sendo preenchido um instrumento de avaliação específico.

*Para os **Seminários**, serão considerados os seguintes critérios: Domínio do conteúdo apresentado, Habilidade de organizar ideias e conteúdos, Capacidade de reflexões críticas, Fala em ritmo adequado e compreensível, Linguagem adequada ao ambiente acadêmico, Capacidade de síntese / Objetividade.

Observações:

- **Trabalho Discente Efetivo:** uma atividade (“Elaboração de análise crítica sobre o impacto de movimentos antivacina na saúde pública”) será contabilizada como Trabalho Discente Efetivo para complementar a carga horária do componente curricular.
- **Prova Substitutiva:** somente com justificativa (atestado médico, óbito de familiar próximo, atestado de trabalho e solicitação pelo serviço militar).
- **Atividade avaliativa de recuperação de aprendizagem** ao estudante que não obtiver o rendimento mínimo para aprovação final (60 pontos) e com frequência mínima de 75% no componente curricular: prova teórica com questões abertas e fechadas, contemplando todo o conteúdo trabalhado na disciplina ao longo de todo o semestre.
- **Atividades:** os alunos que faltarem nos dias de entrega de atividades e/ou realização de atividades em sala de aula, poderão entregá-las na aula seguinte. Nesses casos, a pontuação atribuída será de 50%. Após esse prazo, a

entrega não poderá ser realizada e o aluno receberá nota 0,0.

Disponibilidade para atendimento ao aluno – enviar e-mail para agendamento yasmim.ribeiro@ufu.br

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

- Bonita, R.; Beaglehole, R.; Kjellström, T. **Epidemiologia básica**. São Paulo: Santos, 2010. 213p.
- FRANCO, L. J.; PASSOS, A. D. C. **Fundamentos de epidemiologia**. 3. ed. Barueri: Manole, 2022. E-book. p.353. ISBN 9786555767711.
- SOLHA, R. K. T. **Sistema Único de Saúde - Componentes, Diretrizes e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Érica, 2014. E-book. p.98.
- BRASIL. LEGISLAÇÃO FEDERAL. Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p.
- BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 82 p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate À Fome. **Bolsa Família**. Disponível em <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia> >.
- BRASIL. **Programa Nacional de Imunizações (PNI): 40 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 236 p.
- BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Princípios e Diretrizes)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 40 p.
- BRASIL. LEGISLAÇÃO FEDERAL. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.
- BRASIL. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. 7 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. **Caderno de atenção domiciliar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 1,2,3 v. : il.

Complementar

- PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- BRASIL. LEGISLAÇÃO FEDERAL. Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023. Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- BRASIL. LEGISLAÇÃO FEDERAL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá

outras providências.

- BRASIL. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 40 p.

- BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Uma Política do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 44 p.

- BRASIL. LEGISLAÇÃO FEDERAL. Portaria interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- BRASIL. LEGISLAÇÃO FEDERAL. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **Luana Padua Soares, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/05/2026, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7293587** e o código CRC **786CF7E4**.